

A POLÍTICA EDUCACIONAL EM ARACAJU DURANTE O ESTADO NOVO.

ALESSANDRA BARBOSA BISPO

Bolsista PIBIC/CNPQ/História/Universidade Federal de Sergipe

No Governo de Getúlio Vargas a educação sempre ocupou uma posição importante nos discursos oficiais, sendo criado o Ministério de Educação e Saúde Pública. A posição defendida por Getúlio Vargas era de uma tendência centralizadora e de uniformização, a esta não escaparam os métodos de ensino, o livro didático e o material escolar. O sistema educacional era utilizado para difundir entre as crianças e jovens o espírito do novo regime, essencialmente cívico e nacionalista. O objetivo trabalho é estudar as alterações que a política defendida pelo Estado Novo promoveu nas práticas e da organização das instituições escolares.

Diante dessa ideologia defendida por Getúlio Vargas os Interventores dos Estados foi de fundamental importância o desenvolvimento dessa ideologia. Em Sergipe no Governo de Eronides de Carvalho (1937-1941), a educação foi marcada pelo sentimento de civismo, através de atividades cívicas, com poesias referentes ao dia comemorativo e hinos patriótica.

Durante o Estado Novo foi dado “ênfase na educação moral do cidadão traduzir-se-á, inicialmente, pela introdução do ensino religioso nas escolas. Mais tarde enriquecida com ingredientes do civismo e do patriotismo.”¹

Os relatórios do Interventor Milton Azevedo (1941-1942) relatam as dificuldades financeiras e a desordem administrativa. Nesse relatório não foram feitas críticas à política educacional anterior. Entretanto, no relatório de José Rollemberg Leite, Diretor Geral da Educação ele informa a existência de “536” escolas públicas primárias, 358 estaduais e 178 municipais, matriculados 15.585 alunos nas escolas estaduais e 6.224 nas escolas municipais, número ainda pequeno em relação à população escolarizável”² (Diário Oficial do Estado, 25/5/1942).

O Departamento de Educação era responsável pela superintendência dos estabelecimentos de ensino primário, normal, secundário, industrial e comercial. Essas atribuições do Departamento demonstram a preocupação do Estado em controlar todo o sistema educacional de Sergipe.

A política educacional estadonovista desenvolvia seu plano educativo a partir de orientação centralizada, sendo executado os planos assentados pelo governo federal e elaborado em encontros, como por exemplo, a Conferência Nacional de Educação de 1941 onde foi estudado tudo o que seria posto em prática em correspondência com as realidades sociais do país e as peculiaridades de cada região. Para essa Conferência foram designados como Delegados de Sergipe o Diretor Geral do Departamento de Educação José Rollemberg Leite e o professor José Calasans, servindo como assistente técnico³. Estes anteriormente teriam recebido do interventor federal um

questionário enviado pelo Ministério de Educação com o objetivo de colher opinião dos governos estaduais sobre alguns aspectos da administração do ensino, esses dados seriam utilizados para criar a base de elaboração do Plano Nacional de Educação que seria discutido na Conferência Nacional de Educação.

As conferências Nacionais de Educação cumpriam o papel de promover o debate educacional e o “*engrandecimento da unidade nacional (...) enquanto eventos cívicos da unificação ideológica de seus participantes*”⁴. Na IV Conferência Nacional de Educação este debate aparece com relação as grandes diretrizes da educação popular na e V Conferência sobre a renovação pedagógica e por uma política escolar de caráter nacionalista.

Durante esse período foram introduzidos novos métodos no ensino primário o Decroly. “*Muito apregoado pelos cultores da escola moderna de pedagogia, adaptou-se bem as necessidades regionais, pelos centros de interesse em torno dos quais gira esse processo de ensino*”⁵

Para o desenvolvimento da educação moral e cívica foram instituídas como matérias obrigatórias do currículo o Canto Orfeônico e educação física. A partir de 1937 a educação física torna-se alvo da ação do militares para concretizar sua presença nas escolas. Pois essa prática “*procurava desenvolver no brasileiro o seu espírito patriótico, a identificação com a nação e o engajamento dos cidadãos comuns na sua construção.*”⁶

Em Sergipe a sua obrigatoriedade resultou em melhores estratégias para efetivar e incrementar esta pratica no ambiente escolar, através das marchas, exercícios corporais, jogos, atividade de ordem e evolução, bem como a intervenção do estado com relação à formação das professoras de educação física. “*A formação dos professores de educação física era realizada pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, na Universidade do Brasil*”.⁷

Quanto ao Canto Orfeônico em Sergipe esse era desenvolvido nas escolas e apresentando nas praças. Integrava a grade curricular, Projeto de Educação Musical de Villa – Lobos, para a “*formação de uma identidade nacional,*”⁸ as exibições demonstravam a disciplina, o espírito de grupo e o respeito à autoridade.

O Departamento de Educação orientava os professores com relação às finalidades do ensino do Canto Orfeônico na escola que, segundo o Departamento, seriam três: disciplina absoluta, educação cívica e artística. O primeiro, poderia ser realizado através das experimentações, pois os professores deveriam exigir de seus alunos uma perfeita atitude orfeônica ao fazer exercícios de ritmo de conjunto de levantar e sentar ao mesmo tempo. Esse movimento induz os alunos ao sentimento do ritmo e a compreensão de que a disciplina é à base do canto orfeônico. O segundo aconteceria por intermédio dos hinos oficiais e canções cívicas. Através da explicação dos textos

literários das músicas que iriam revelar fatos importantes da história do Brasil. O terceiro, através dos hinos cantados com patriotismo, entusiasmo e expressão.

A ordem estabelecida pelo Departamento de Educação aos docentes: “*os senhores professores não poderão de modo algum fugir à orientação traçada e nenhuma música estranha ao programa oficial aprovado pelo Departamento de Educação poderá ser introduzida*”⁹. Deveria também ser evitado o ensino de canto orfeônico só por audição, pois distanciava muito das finalidades educativas e pedagógicas. Deveria ser adotado o método Manosolfa que abrevia os longos períodos de aprendizagem. Como também, deveria ser constante a observação por parte do professor a tendência dos alunos para o canto gritado. Essas orientações do ensino de música e canto orfeônico eram enviadas a todos os estabelecimentos de ensino que participavam das reuniões e comemorações cívicas.

De igual modo, os Grupos Escolares também deveriam seguir os processos e métodos de ensino recomendados pelo Departamento de Educação. *O Regulamento dos Grupos Escolares*¹⁰ determinava o hasteamento da bandeira nacional nos edifícios escolares às 8hs e o arreamento às 18hs. Estabelecia que o hasteamento da bandeira nacional aconteceria nos dias de festas, de luto nacional e nos demais casos, pelo menos uma vez por semana.

Com relação ao hino nacional este tinha como finalidade despertar o estímulo ao gosto artístico e tornar mais agradável o ambiente na qual a criança estuda. O Regulamento dos Grupos Escolares estabelecia a importância da ação disciplinar sobre os alunos. Estes eram fiscalizados pelo professor, até mesmo durante o recreio, não sendo permitido nenhum castigo físico ou humilhante aos alunos. Os professores ficavam posicionados durante a chegada dos alunos a porta das salas de aula, para fiscalizar os que estavam no seu interior, bem como os que ainda estavam fora.

Os estabelecimentos de ensino primário particular não estavam dispensados das atividades promovidas pelo Departamento de Educação. Estes quando notificados deveriam participar das reuniões e comemorações cívicas recomendadas pelo Departamento.

Para obtenção dos resultados desejados pelo governo foram consideradas de fundamental importância às inspeções escolares em Aracaju. Segundo o governo, aumentou a frequência, os trabalhos dos alunos foram aperfeiçoados, os objetos didáticos conservados, a escola passou a ter progresso na tarefa de ensinar e educar, baseado no ensino da Escola Nova.

A inspeção do Ensino Primário e Normal era realizada por um Inspetor Geral, no entanto, essa inspeção não era realizada com frequência, à exceção da capital. Para ser um inspetor Escolar era preciso submete-se a concurso que abrangia assuntos sobre psicologia educacional, pedagogia, metodologia, história da educação, legislação do ensino e administração escolar. A inspetoria geral do Ensino Primário era responsável pelos exames finais do curso. Estes constavam de provas escritas (português e matemática) e prova oral, sendo esta referente a todas as disciplinas

do programa. Após a aprovação dos exames finais os alunos recebiam um diploma conferido pelo departamento de educação.

A Inspeção Geral do Ensino Primário em Sergipe buscou sempre estar informada sobre o funcionamento das escolas. Solicitando aos professores informações sobre as dimensões das salas, higiene e disciplina dos alunos. No entanto, para que essas práticas se efetivassem era necessário à presença dos inspetores nas escolas certificando-se que a moral, a boa ordem, a disciplina e a higiene estavam presentes nos estabelecimentos de ensino de Aracaju.

Assim, o Departamento estaria fiscalizando através do Serviço Técnico os métodos utilizados pela escola, como também fiscalizava o Curso de Aperfeiçoamento que era oferecido pelo Departamento tendo como condições para inscrições ser professor público primário, prova de sanidade integral pela junta médica oficial e atestado de exame morfo-fisiológicos.¹¹ Esses cursos compreendiam as disciplinas de formação pedagógica. Algumas professoras que participaram do Curso de Aperfeiçoamento e se destacaram, foram ocupar funções da diretoria dos Grupos Escolares no interior do Estado.

A preocupação do Departamento estava principalmente na formação do professor, dedicando-se a criação do Instituto Pedagógico do Estado, ficando extinta a Escola Normal “Rui Barbosa”. Com o objetivo de formar professores, seguindo as exigências dos modernos princípios pedagógicos.

Portanto, essas alterações pautaram-se pelo discurso que alguns reformadores da educação, como Lourenço Filho propunham em alguns Estados Brasileiros.

NOTAS E REFERÊNCIAS

¹ HORTA, Silvério Baía. O Hino, O Sermão e a Ordem do dia; Regime Autoritário e a Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p.2

² FIGUEIREDO, Ariosvaldo. História Política de Sergipe, Vol. 3, p.78

³ Diário Oficial do Estado de Sergipe, 25/02/1942

⁴ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação (1924 –1931),Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998, p.310.

⁵ ARAÚJO, Acrísio Torres. Pequena História de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, 1976, p.203.

⁶ GRUNENVALD, Ana Carrilho Romero. A educação física, as normalistas e as professoras: a educação física na Escola Normal em Sergipe, Campinas, 1999. (Dissertação de Mestrado), p.82.

⁷ HORTA, Silvério Baía. O Hino, O Sermão e a Ordem do dia; Regime Autoritário e a Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p.72

⁸ HORTA, Silvério Baía. Op.cit.p.170.

⁹ Cf. Diário Oficial do Estado de Sergipe, 24/04/1944.

¹⁰ ESTADO DE SERGIPE. REGULAMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES. Tipografia do Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju,1945.

¹¹ Cf. Diário Oficial do Estado de Sergipe, 25/01/1941.